

**ANÁLISE DOS CURSOS DE LICENCIATURAS DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
QUE NORMATIZAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Lucia Pereira Leite, Laiza Oliveira Vilela, Sandra Eli Sartoreto O Martins

Eixo 5 - A formação de professores na perspectiva da inclusão
- Relato de Experiência - Apresentação Oral

Neste estudo foram analisadas 37 grades curriculares e 17 ementários dos cursos de licenciatura de uma universidade pública brasileira tendo em vista a Recomendação feita pelo MEC, por meio da Portaria Ministerial nº 1.793 de 27 de dezembro de 1994, reiterada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº. 1/02, que estabelecem que as instituições de ensino superior devam contemplar na sua organização curricular conteúdos que propiciem a formação dos professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Pela análise dos resultados foi possível identificar disciplinas, obrigatórias e/ou optativas, na área da educação Inclusiva nas grades curriculares de cinco cursos de licenciatura e, por meio da análise dos ementários, identificou-se que nove cursos possuíam disciplinas que abordavam a temática. Os achados encontrados permitem afirmar que após dez da promulgação das normativas que recomendam a inserção de disciplinas curriculares sobre essa temática na formação docente, em mais da metade dos ementários analisados observou-se a ocorrência de disciplinas obrigatórias e/ou optativas relacionados à educação inclusiva, fato que deveria ocorrer na sua totalidade. O desenvolvimento deste estudo se limitou a análise de título de disciplinas e ementário de cursos de licenciaturas na Unesp, mas sabe-se que o ensino dos conteúdos curriculares extrapola ao descrito nas ementas das disciplinas e/ou nos seus títulos, sugerindo a necessidade de estudos que investiguem outros tópicos dos planos de ensino das disciplinas dos cursos de licenciatura, como conteúdo programático, objetivos, bibliografia utilizada, entre outros. PALAVRAS-CHAVE: Licenciatura. Formação de professores. Educação Inclusiva.

ANÁLISE DOS CURSOS DE LICENCIATURAS DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE NORMATIZAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins¹. UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências.

Marília; Lúcia Pereira Leite²; Laiza Oliveira Vilela³. UNESP - Faculdade de Ciências.

Bauru

As propostas de formação de professores buscaram atender as recomendações dos organismos internacionais e das normativas vigentes sobre a Educação Inclusiva. Tais recomendações aparecem de forma mais evidente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9.394/96, que expressa em seu conteúdo, avanços significativos quanto à presença de professores das salas regulares capacitados para atuar com a diversidade. Ainda prevê professores especializados para assumir o Atendimento Educacional Especializado, de forma complementar, por meio da oferta de recursos, metodologias, técnicas e/ou sistemas de comunicações diferenciados, ou seja, instrumentos capazes de garantir a oportunidade de escolarização de alunos da educação especial, conforme retratados por diferentes autores que discutem esta temática, na formação docente no contexto educacional brasileiro (LEITE; MARTINS, 2012; GIROTO; POKER; OMOTE, 2012).

A partir dos dispostos na Portaria Ministerial n.º 1793 de 27 de dezembro de 1994, nota-se que, por mais de uma década, as normativas educacionais federais veem reafirmando a importância desta temática na formação de professores, quando recomendam aos cursos de pedagogia, psicologia e demais licenciaturas a inserção da disciplina “*Aspectos ético-políticoeducacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais*”. Tal proposição visa à qualificação profissional para atuar na diversidade e atender as necessidades educacionais especiais (NEEs) de alunos que apresentam significativas diferenças do funcionamento de suas habilidades cognitivas, físicas e/ou sensoriais no processo de aprendizagem, caracterizado pelas políticas inclusivas, como público da Educação Especial no Brasil. Para os demais cursos Superiores nas áreas da Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional) e Serviço Social, recomenda-se a inclusão de conteúdos relativos à disciplina.

Leite e Martins (2012) ao revisarem os fundamentos da educação inclusiva com vistas à organização de estratégias pedagógicas aberta às diferenças na escola trazem importantes contribuições para a compreensão conceitual do termo “Necessidades Educacionais Especiais – NEE”, amplamente, difundido na área da educação especial.

Ambas referem que, por muito tempo, esse termo foi confundido como sinônimo de deficiência e/ou para referir ao público da educação especial. Baseadas na leitura das Diretrizes Curriculares da Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB nº 02/2001), no documento das Políticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, publicado em 2007ⁱ, Decreto no. 6571 de 17 de setembro de 2008, Resolução no. 4 de outubro de 2009 e do Decreto Nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências, as autoras esclarecem e afirmam que por “alunos com necessidades educacionais especiais” devem ser concebidos aqueles que apresentam grandes dificuldades de aprendizagem ou restrições no desenvolvimento, que prejudiquem o acompanhamento das atividades curriculares. Tais necessidades estão associadas às causas orgânicas específicas, limitações, disfunções ou deficiências; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada de outros alunos, altas habilidades e/ou superdotação. Essa definição tem sido apropriada para referir ao público mencionado, que ao longo do seu processo de escolarização, podem ou não, apresentar NEE de caráter transitório ou permanente, além do fato de possuírem como característica comum [...] “de ser na escola ou no processo de ensino e aprendizagem que se originam, se explicitam ou se intensificam” (LEITE; MARTINS, 2012, p. 15).

Em complementar, estudos mostram que os professores não estão preparados para atuar com as necessidades educacionais especiais do público presente na escola. Fato esse reafirma a necessidade da melhoria da formação de professores para orientar a construção de sistemas educacionais inclusivos, garantindo a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico, de todos os alunos na rede regular de ensino (GLAT; PLETSCHE, 2004; CHACON, 2004).

Problematizar a formação inicial de professores implicará na necessidade de retratar alguns estudos que versaram sobre esta temática e que em certa medida, defendem a revisão das grades curriculares dos cursos de pedagogia e demais licenciaturas que valorizem as oportunidades educacionais a toda e qualquer criança, com necessidades educacionais especiais ou não, adequando ainda os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura.

Diante dessa nova realidade, Pedroso, Campos e Duarte (2013), ao fazer referência a discussão da necessidade de inserção de conteúdos curriculares diferenciados na formação do professor, para atender o aluno com NEE, retomam o Parecer 9/2001 CNE/CP do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2001) que reitera este posicionamento. As autoras ainda sinalizam, como normativa, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/ CP nº. 1/02 (Brasil, 2002), que, dentre outras providências, indicam que as instituições de ensino superior – IES – voltadas para a formação docente, contemplem no

seu projeto político-pedagógico conteúdos e disciplinas curriculares que trabalhem conhecimentos que promovam o atendimento as necessidades específicas apresentadas pelo público da Educação Especial, mencionado anteriormente.

Mesmo tendo normativas que subsidiem tal proposta, Glat e Plestch (2004) relatam que poucos são os cursos de licenciatura que oferecem disciplinas voltadas às especificidades de alunos com necessidades educacionais especiais. Fato que tem alimentado o debate em torno desta temática, que envolvem diferentes posições sobre as modificações das grades curriculares dos cursos de formação docente, com vistas prepará-los para enfrentar esta realidade educacional. Reconhecer e lidar as diferenças desse alunado ainda se constitui num desafio nos cursos de Pedagogia e/ou licenciaturas.

Nessa direção este estudo objetivou analisar como as matrizes curriculares e/ou as ementas dos cursos de licenciatura contemplam às recomendações da Portaria n.º 1793/94 do Ministério da Educação, cujos preceitos foram reiterados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP n.º. 1/02.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa constituiu-se pela análise do ementário dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – para averiguar se as disciplinas contemplavam às temáticas: inclusão, educação especial, ensino adaptado, deficiência, necessidades especiais, libras (língua brasileira de sinais) e tecnologia assistiva.

Amostrado estudo

A Unesp, em 2012, possuía 171 cursos de graduação, sendo 45 deles na área de licenciatura, o que representa 26,31% do total. Os cursos de graduação em licenciatura da Unesp estavam distribuídos em 14 campus e divididos em três diferentes áreas: ciências biológicas, exatas e humanas. Entretanto, fizeram parte da amostra deste estudo 37 cursos, o que representa 82,33% do total dos cursos de graduação em licenciatura da Unesp. Foram excluídos da análise os dados aos seis cursos de licenciatura em Pedagogia, pois na ocasião do estudo, foi desenvolvida paralelamente outra pesquisa realizada com o propósito de investigar as matrizes curriculares e as ementas de tais cursosⁱⁱ.

Este estudo contempla a análise dos ementários dos cursos das três grandes áreas do conhecimento, distribuídos em:

(a) Nove cursos de licenciatura área Ciências Biológicas: sete cursos de Ciências Biológicas (FCL/Assis; FC/Bauru; IB/Botucatu; FE/Ilha Solteira; FCAV/Jaboticabal; IB/Rio Claro e IBLCE/São José do Rio Preto) e dois de Educação Física (FC/Bauru e IB/Rio Claro)

(b) 14 cursos da área de Ciências Exatas: cinco cursos de Física (FC/Bauru, FE/Guaratinguetá, FE/ Ilha Solteira, FCT/Presidente Prudente e IGCE/Rio Claro), seis de Matemática (FC/Bauru, FE/Guaratinguetá, FE/Ilha Solteira, FCT/ Presidente Prudente, IGCE/Rio Claro e IBILCE/ São José do Rio Preto) e três de Química (FC/Bauru, IQ/Araraquara e FCT/Presidente Prudente).

(c) 14 cursos da área de Ciências Humanas: dois cursos de Artes (Teatro e Artes Visuais – IA/São Paulo), dois de Ciências Sociais (FCL/Araraquara e FFC/Marília), um de Educação Artística (FAAC/Bauru), um de Educação Musical (IA/São Paulo), um de Filosofia (FFC/Marília), três de Geografia (Ourinhos, FCT/Presidente Prudente e IGCE/Rio Claro), um de História (FCL/Assis) e três de Letras (FCL/Araraquara, FCL/Assis e IBLCE/São José do Rio Preto).

Procedimentos

Inicialmente foram enviadas por correio eletrônico uma carta a todos os coordenadores dos cursos de graduação em licenciatura da Unesp, com exceção dos de Pedagogia, solicitando a disponibilização dos Projetos Pedagógicos para averiguar se os cursos contemplavam disciplinas ou conteúdos que abordassem temáticas relacionadas à educação inclusiva e/ou aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais.

Para dar continuidade na coleta de dados, foi necessário realizar buscas nos sites das unidades universitárias pesquisadas, a partir da leitura dos seguintes documentos: fluxogramas das disciplinas, grades ou matrizes curriculares, ementários, planos de ensino, programas de disciplinas e projetos pedagógicos. Com base nas fontes mencionadas, considera-se oportuno esclarecer que foram consideradas para análise os dados coletados nas grades curriculares e ementas dos cursos mencionados, por serem mais expressivas quanto aos propósitos desta investigação.

Os dados foram obtidos por meio da análise de 37 grades curriculares, sendo que dessas obteve-se 17 ementários das respectivas disciplinas, pois alguns cursos disponibilizavam na internet apenas documentos referentes às disciplinas obrigatórias, de forma que não foi possível ter acesso aos dados totais das disciplinas optativas. A Tabela

1 mostra o número de cursos, cujas grades curriculares e ementários foram obtidos, com a divisão da ocorrência de disciplinas obrigatórias e/ou optativas obtidas.

Tabela 1. Número de cursos cujas grades curriculares e ementários foram analisados.

Tipo de Documento	Categoria disciplinas	Número de Cursos	Total
Grade Curricular	Somente Obrigatória	18	37
Grade Curricular	Obrigatória e Optativa	19	
Ementas	Somente Obrigatória	8	17
Ementas	Obrigatória e Optativa	9	

Inicialmente procedeu-se a leitura das 37 grades curriculares encontradas pela leitura dos títulos das disciplinas, com a intenção de se identificar quantos cursos de licenciatura apresentavam disciplinas obrigatórias ou optativas, cujo título anunciasse diretamente o ensino das seguintes temáticas: inclusão, educação especial, ensino adaptado, deficiência, necessidades especiais, língua brasileira de sinais e tecnologia assistiva. Para a análise das ementas, inicialmente foi realizada uma leitura geral, antes de iniciar a busca por palavras-chave, com auxílio da ferramenta busca textual. Essa leitura teve por objetivo conhecer o material e verificar a existência de palavras que denominavam ou que fizessem referência aos temas dos quais este trabalho se propôs.

RESULTADOS

Dos 37 cursos dos quais foram obtidas as grades curriculares, seis apresentaram disciplinas com títulos que contemplassem a temática, sendo duas de natureza obrigatória e quatro optativas.

O quadro 1 apresenta de forma mais clara o curso, o título da disciplina, a quantidade de créditos e sua categoria, isto é, se obrigatória ou optativa.

Curso	Unidade	Título disciplina	Créditos	Categoria
• Ciências Biológicas	IB/Botucatu	Necessidades Educacionais Especiais e Prática Pedagógica	02	Optativa
• Educação Física	FC/Bauru	Educação Física para Alunos com Deficiência	06	Obrigatória
• Educação Física	FC/Bauru	Tópicos em Educação Física Adaptada	04	Optativa
• Educação/ Física	IB/Rio Claro	Educação Física Adaptada	04	Obrigatória
• Física	FE/ Ilha Soleira	Tópicos Especiais de Educação para o Ensino de Física: O Ensino de Ciência e a Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais	04	Optativa

• Matemática	FCT/ Presidente Prudente	Libras e Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação	02	Optativa
--------------	--------------------------	--	----	----------

Quadro 1. Resultado da análise das grades curriculares e ementas dos cursos

Como pode ser observado até esta parte da pesquisa, são poucos os cursos que contemplavam, em sua grade curricular, disciplinas específicas sobre inclusão, educação especial, ensino adaptado, deficiência, necessidades especiais, libras e tecnologia assistiva. Apenas um curso de Matemática ofertava em uma disciplina optativa para o ensino da língua brasileira de sinais.

Entretanto, há que se considerar que este estudo se concentrou na investigação dos títulos das disciplinas. Entende-se que outros modos de se pesquisar as temáticas possam trazer resultados diferentes quando se extrapola a análise dos títulos das disciplinas. Assim procedeu-se também a análise dos ementários obtidos.

Dos ementários dos 17 cursos analisados, foi possível ter acesso aos conteúdos tanto das disciplinas obrigatórias quanto das optativas em nove cursos e no restante, oito cursos, teve acesso apenas aos conteúdos das disciplinas obrigatórias. Entretanto, apesar de ter sido efetuada com um número menor de cursos, a análise das ementas demonstrou resultados diferentes e complementares quanto comparados aos obtidos com a análise das grades curriculares, pois nas ementas de algumas disciplinas pode ser identificados conteúdos sobre a temática de interesse da presente pesquisa, apesar de nada ter sido identificado no título das mesmas.

Quadro 2 – Ocorrência de disciplinas em cursos em que se obtiveram ementas de natureza obrigatória e optativa

Curso	Unidade	Título Disciplina	Palavras-chave	Crédito	Natureza
Matemática	FCT Presidente Prudente	• Seminários especiais	alunos com necessidades educacionais especiais	04	obrigatória
		• Libras e tecnologias da informação e comunicação na educação	inclusão; tecnologia assistiva	04	optativa
Matemática	IGCE/Rio Claro	• Tópicos especiais em educação matemática	educação especial; tecnologias assistivas; educação inclusiva; estudantes com deficiência	04	optativa
Ciências Sociais	FCL/Araraquara	• Organização e desenvolvimento da educação básica	portadores de necessidades especiais	02	obrigatória
Letras	FCL/Araraquara	• Organização e desenvolvimento da educação básica	portadores de necessidades especiais	04	obrigatória

A partir dos dados apresentados no quadro 2, nota-se que a temática pesquisada foi encontrada em cinco ementas das disciplinas. Portanto, face à amostra investigada, a temática foi recorrente nas ementas de quatro cursos, em disciplinas abordavam temas referentes à educação especial, necessidades especiais, tecnologia assistiva, Libras ou inclusão.

O quadro 3 apresenta o curso, o título da disciplina, as palavras-chave encontradas e a quantidade de créditos da amostra de ementas que foi possível o acesso apenas aos conteúdos das disciplinas obrigatórias

Curso	Unidade	Título Disciplinas	Palavras-chave	Crédito
Ciências Biológicas	IB/Botucatu	• Prática de Ensino: Aprendizagem	alunos com necessidades educativas especiais	02
		• Prática de Ensino: Educação, Escola e Professor	portadores de necessidades educativas especiais	04
Química	FCT/Presidente Prudente	• Didática	Educação Inclusiva	04

Quadro 3 – Ocorrência de disciplinas em cursos em que se obtiveram ementas de natureza obrigatória

Os dados apresentados no quadro 3 demonstram que a temática pesquisada foi encontrada em três ementas das disciplinas, sendo duas delas no mesmo curso – Ciências Biológicas. Desse modo, percebe-se que três disciplinas dos oito cursos em que se analisou o ementário foi identificada a ocorrência de conteúdos que versavam sobre educação especial, necessidades especiais, tecnologia assistiva ou educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos ementários referentes aos 17 cursos analisados, nove dos cursos investigados apresentam disciplinas que fazem alguma referência relacionada à Educação Inclusiva, sendo distribuídos nas áreas: três de Biológicas, quatro de Exatas e dois cursos de Humanas, além de cinco cursos apresentarem disciplinas específicas sobre assuntos relacionados, num universo de 37 cursos.

Considerando às recomendações da Portaria n.º 1793/94 do Ministério da Educação, cujos preceitos foram reiterados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP n.º. 1/02, foi constatado que a ocorrência de disciplina que versassem sobre assuntos relacionados à Educação Inclusiva ainda é incipiente, visto que deveria estar presente na totalidade dos cursos como disciplina obrigatória, pois, em tempos atuais, em que a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais tem evoluído, há que se investir no ensino de

conteúdos curriculares que abordem as especificidades desse público na formação de professores. Tais resultados reafirmam os achados encontrados com pesquisas anteriores realizadas (CHACON, 2004; ALMEIDA, 2005; OLIVEIRA; ANTUNES; TEIXEIRA, 2011; PEDROZO; CAMPOS; DUARTE, 2013), uma vez se passaram mais de dez da promulgação das normativas que recomendam a inserção de disciplinas curriculares sobre essa temática na formação docente e ainda pouco foi efetivado. A ausência de disciplinas e/ou conteúdos que permitam a problematização sobre o tema, em alguns cursos de formação de professores que foram analisados, parece indicar que as licenciaturas pouco abordam assuntos relacionados à educação de alunos com deficiência. Entretanto, agindo desse modo, desconsideram que essa será uma realidade acadêmica que irão se deparar na sua atuação profissional futura.

Em contrapartida, observa-se um movimento da Universidade pública investigada em atender as referências legais mencionadas, na medida em que se constatou que em mais da metade dos ementários analisados a ocorrência de disciplinas obrigatórias e/ou optativas que indicaram abordar assuntos relacionados à educação inclusiva.

O desenvolvimento deste estudo se limitou a análise de título de disciplinas e ementário de cursos de licenciaturas na Unesp. Entretanto, entende-se que o ensino dos conteúdos curriculares extrapola ao descrito nas ementas das disciplinas e/ou nos seus títulos, fato que sugere a necessidade de se investigar outros tópicos dos planos de ensino das disciplinas dos cursos, como conteúdo programático, objetivos, bibliografia utilizada, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. E. M. (2005) *Educação especial nos cursos de licenciatura das universidades de mato grosso do sul*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1.793, de 27/12/94. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28/12/1994. Seção 1. p. 20767. Brasília, Imprensa Oficial, 1994.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1/02 - *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores*

_____. Ministério da Educação. *Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/SEESP, Brasília: DF, 2007.

_____. Ministério da Educação. Decreto no. 6.571, de 18 de setembro de 2008. *Institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado*. MEC/SEESP, Brasília: DF, 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009. *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. MEC/SEESP, Brasília: DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. Decreto no. 7.611, de 17 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. MEC/SEESP, Brasília: DF, 2011.

CHACON, M. C. M. Formação de recursos humanos em educação especial: resposta das universidades à recomendação da portaria ministerial Nº 1.793. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v.10, n.3, p.321-336, Set.-Dez, 2004.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O papel da Universidade frente às Políticas Públicas para Educação Inclusiva. *Revista Benjamin Constant*, ano 10, nº 29, 2004, p. 3-8.

GIROTO, C.R.; POKER, R.B.; OMOTE, S. Educação Especial, formação de professores e o uso das tecnologias de informação e comunicação: a construção de práticas pedagógicas inclusivas. In: Giroto, C.R.; Poker, R.B.; Omote, S. (Orgs) *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. In Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LEITE, L.P; MARTINS, S.E.S.O. *Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola*. São Paulo: Cultura Acadêmica/ Oficina Universitária. Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

OLIVEIRA, M. L.; ANTUNES, A. M.; ROCHA, T. L.; TEIXEIRA, S. M. Educação inclusiva e a formação de professores de ciências: o papel das universidades federais na capacitação dos futuros educadores. *Revista Ensaio*. Belo Horizonte. v.13, n.03, p.99-117, set-dez, 2011.

PEDROZO, C.C,A; CAMPOS, P.P.A.J; DUARTE, M. Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. *Revista Educação Unisinos*, v. 17, n. 1, abr, 2013.

ⁱ Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

ⁱⁱ Além dos cursos de Educação Física da FCT/ Presidente Prudente e o de História da FHDSS/ Franca também foram excluídos da amostra, pois não foi possível ter acesso aos respectivos ementários.

Notas

¹ Professora do Departamento de Educação Especial, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília/Unesp. E-mail:

sandreli@marilia.unesp.br

² Professora do Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem da Faculdade de Ciências. Bauru/Unesp. E-mail:

lucialeite@fc.unesp.br

³ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem da Faculdade de Ciências. Bauru/Unesp. E-mail: laizavilela@hotmail.com